

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.27, n.9-10, p.1-34, setembro/outubro 2005

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

Equipe

ALAN IANKE DOS SANTOS

LEONARDO MARCON WEBER

SHELBERT BRAZ

(Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(normalização bibliográfica)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(editoração eletrônica)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.**

SUMÁRIO

A	Avanços na democracia e economia <i>versus</i> perda de competitividade	
	<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
O	charme dos economistas	
	<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	8
E	conomia paranaense: os últimos resultados da produção industrial	
	<i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	10
O	3º choque do petróleo e o Brasil	
	<i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	12
P	araná – Destaques Econômicos	
	<i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Shelbert Braz</i>	14
E	conomia Paranaense	
	Indicadores Seleccionados	17

Avanços na democracia e economia versus perda de competitividade

Gilmar Mendes Lourenço*

Reconhecidamente, prevalece um clima de aparente contraste entre a situação política e o quadro macroeconômico brasileiro. Isto porque, embora as denúncias e escândalos apurados pelas CPIs dos Bingos, dos Correios e do Mensalão – envolvendo figuras expoentes do Partido dos Trabalhadores (PT) e da base aliada, alcançando o ministro da Fazenda, o presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados – levem a enxergar e dimensionar a maior crise política da história do País, os resultados macroeconômicos ainda exibem desempenho satisfatório, retratado na melhora inquestionável da concatenação entre inflação, nível de atividade, contas públicas e balança de pagamentos.

De forma equivocada e/ou tendenciosa, analistas de mercado e o próprio governo têm diagnosticado que esse aparente paradoxo estaria reproduzindo a maturidade da economia do País e a ampliação de suas defesas ante os choques exógenos ao sistema, ignorando, aparentemente, que o verdadeiro sinal de amadurecimento vem sendo emitido pela democracia.

Esse tipo de conduta dos agentes ante a colheita de uma safra de indicadores econômicos positivos, ainda que de qualidade, abrangência e fôlego temporal limitados, foi batizado como “superávit de otimismo”, no ano de 2002, pelo economista Reinaldo Gonçalves, para rotular a disposição das elites em maximizar os pontos fortes dos cenários conjunturais em meio a ambientes marcados por flagrantes déficits de infra-estrutura econômica e social.

De um lado, existe uma forte e generalizada convicção entre os atores sociais de que o País atravessa um momento de instabilidade que articula o governo a algumas peças podres do legislativo e das estruturas partidárias. Por enquanto, não se percebe qualquer perigo de reações de caráter populista ou indícios de delineamento de uma crise institucional capaz de abalar o Estado e representar o estopim de uma catástrofe no aparelho produtivo.

Poderiam ser tomados como exemplos de esmorecimento do Estado, na história recente do País, os acontecimentos dos primórdios dos anos 1960 e de 2002. No começo da década de 1960, a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a administração tumultuada do vice João Goulart (de 7 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964), pressionada pela concatenação entre o parlamentarismo monitorado, instituído em 7 de setembro, a exacerbação do populismo

(com corte socialista depois da Revolução Cubana), o retorno do presidencialismo (pelo Plebiscito de 6 de janeiro de 1963), e a maximização dos componentes conjunturais e estruturais da crise econômica, resultaram no Golpe de 1964 e na eliminação dos direitos democráticos.

Os desequilíbrios econômicos estavam centrados na inflação, que beirava os 100,0% ao ano no varejo, no impasse nas negociações para a rolagem da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no excessivo fechamento da economia brasileira, nos reduzidos fluxos de capitais e nos elevados níveis de capacidade ociosa da indústria.

Em 2002, o medo de vitória eleitoral de uma corrente de centro-esquerda – amparada na retórica de derrubada do modelo neoliberal, impingido à sociedade brasileira desde o início do decênio dos 1990 e monitorado por instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial –, de violação dos direitos de propriedade, de rompimento de contratos, de reversão das reformas e de reestruturação forçada dos passivos provocou interrupção do crédito externo ao Brasil, pronunciado movimento especulativo contra o Real, deterioração do perfil do endividamento público e recrudescimento da escalada inflacionária. Tais constrangimentos foram equacionados com o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, por parte do candidato da frente de oposições naquele ano.

No ciclo presente, a substituição de ministros, a provável cassação de mandatos de parlamentares, a constatação de participação do grupo forte do governo nos escândalos de corrupção e mesmo a improvável instauração de um *impeachment* do presidente – e a posse do vice, contrário à estratégia de contenção monetária e fiscal – denotariam a consolidação das instituições democráticas reconquistadas em 1985.

De outro lado, o colapso econômico pode ser descartado, ao menos em curto prazo, em virtude de motivações políticas e internacionais. Enquanto no *front* político emerge exatamente a preservação da plenitude democrática, pelo ângulo produtivo surge a conjugação

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização (Sindecon-PR, 2005)*.

de elementos positivos externos, resumida na expansão do comércio e liquidez mundiais, que se traduz na elevação das quantidades vendidas e dos preços das *commodities* (minério de ferro, aço, petroquímicos, café, açúcar, frango, suco de laranja e celulose) e, por extensão, na ampliação do valor das exportações e dos lucros e redução do endividamento das companhias brasileiras atuantes no mercado internacional.

Além de passarem a desfrutar dos benefícios trazidos pela indiscutível melhora nas relações de trocas internacionais, as empresas brasileiras vêm tirando proveito da conformação de uma nova geografia dos fluxos de comércio mundiais, com a consolidação da presença da China, Índia e outros asiáticos, e a recuperação da economia dos Estados Unidos, e começando a se fazer presentes em encadeamentos globais mais complexos e diversificados.

A nova posição externa do Brasil também estaria refletindo a maturação dos esforços privados empreendidos depois das desvalorizações cambiais de 1999 e 2002, que resultou na reversão dos déficits comerciais, ainda não consumidos pela estratégia de juros altos e de câmbio baixo praticada pelo governo e responsável não apenas pelo ritmo de crescimento econômico contabilizado pelo País corresponder a menos da metade daquele verificado pelas nações emergentes, mas, principalmente, pelos riscos de ocorrência de reversão do ciclo de recuperação, particularmente quando efetivamente acontecer um choque externo.

A solidez dos fundamentos da orientação macroeconômica oficial ficaria restrita ao terreno minado do combate à inflação

Nesse clima, a solidez dos fundamentos da orientação macroeconômica oficial do País, defendida de forma ferrenha pelas autoridades e pelos mercados financeiros, ficaria restrita apenas ao terreno minado do combate à inflação, resultante da arriscada aposta no êxito da dobradinha formada por juros e câmbio. Se, em curto prazo, essa estratégia promoveu um verdadeiro tombo nos índices gerais de preços (IGP-M e IGP-DI) – reduzindo drasticamente o efeito inercial dos reajustes dos preços administrados para 2006 –, em médio e longo prazos ela revela-se insustentável.

De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o Brasil perdeu quase 30,0% do mercado de manufaturas dos Estados Unidos para os chineses, entre 1996 e 2004. A quantidade exportada pelo País cresceu pouco mais de 12,0% no primeiro semestre de 2005 em relação ao mesmo período de 2004, contra quase 20,0% em idêntico intervalo de 2004 frente a 2003.

Ao mesmo tempo, a defasagem cambial ensejou decisão da companhia General Motors do Brasil de demitir 600 dos 10.500 funcionários da unidade de São José dos Campos. Os ramos industriais têxteis, vestuário e mobiliário também vêm amargando declínio de capacidade

competitiva com a produção estrangeira na fronteira interna e externa. Como exemplos tem-se o grupo moveleiro Ashley, instalado no Brasil desde o ano de 2000, que decidiu encerrar atividades e hospedar seus recursos na China, e o pólo de móveis de Santa Catarina, defrontando-se com a necessidade de antecipação da concessão de férias coletivas aos trabalhadores.

Em linha semelhante, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) estima que entre 600 e 800 companhias brasileiras devem abandonar o mercado de exportações até o final de 2005, sendo que entre janeiro e agosto mais de 450 já tomaram essa atitude. Trata-se de uma reversão da marcha ascendente registrada desde 1998, quando o País contabilizou 14.147 companhias exportadoras, chegando a 18.608 em 2004.

Pesquisa efetuada pelo Centro das Indústrias do estado de São Paulo apurou que a valorização cambial constitui o maior obstáculo às exportações para 64,0% de uma amostra de 841 empresas investigadas. As outras dificuldades mais relevantes apontadas pelas indústrias foram a burocracia (32,0% de ocorrências) e a ausência de informações comerciais (30,0%). Com esse diagnóstico, as medidas sugeridas como prioritárias para a eliminação desses entraves foram a depreciação do real (46,0%), a desoneração plena (38,0%) e a redução da burocracia estatal (37,0%).

No caso da agricultura, os prognósticos são de declínio da área de plantio de grãos para o ano agrícola 2005/2006, puxado por arroz (-20,0%), algodão (-15,0%) e soja (-12,0%), com expansões modestas para milho (5,5%) e feijão (2,0%). Nessa perspectiva, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas internas de colheitadeiras e tratores caíram 36,8% e 73,5%, respectivamente, no intervalo compreendido entre janeiro e agosto de 2005, quando comparadas ao mesmo período de 2004.

Os estragos provocados pelo câmbio só não são maiores em razão da compensação exercida pelos reajustes de alguns preços nos mercados internacionais, em virtude do apreciável aquecimento da demanda, pela celebração de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) pelos exportadores – estimulados pelo câmbio baixo e pelos juros elevados para giro no mercado interno – e pela antecipação da internalização dos ingressos em dólares e a imediata aplicação dos recursos no mercado financeiro doméstico, beneficiada pela enorme diferença entre os juros internos e os externos.

Ainda assim, a queda da rentabilidade das vendas internacionais do País é generalizada, exceto para produtos siderúrgicos e petroquímicos, e não seria prudente afastar o risco inflacionário derivado de uma possível tentativa de as empresas compensarem as perdas cambiais com reajustes de preços no mercado doméstico.

Não bastassem esses constrangimentos pontuais, o emprego do câmbio como mecanismo explícito de neutralização das pressões inflacionárias pode comprometer tanto os superávits em conta corrente (US\$ 12,5 bilhões em doze meses até agosto de 2005 ou 1,78% do PIB), principal indicador de solvência do

País, quanto as chances de o Brasil se firmar no mercado internacional como especializado em *commodities* básicas e semi-elaboradas e disputar fronteiras ocupadas com manufaturas de elevada agregação de valor, retratadas nos carros mundiais, nos bens de capital sob encomenda, nos produtos petroquímicos e no parque da Terceira Revolução Industrial, capitaneado pelos segmentos de telecomunicações, automação, informática e *softwares*.

Isso se torna particularmente preocupante quando se considera que a recuperação da demanda interna é frágil, afetada basicamente pelo primeiro ciclo de renovação/reposição de bens de consumo duráveis da era do real, estando mais ligada às operações de crédito e menos à melhoria verificada no mercado de trabalho (emprego e rendimentos reais). Aliás, os reduzidos patamares dos salários domésticos ajudam a explicar a preservação da competitividade das exportações por meio da manutenção da relação câmbio/salários.

É notório o expressivo aumento da disponibilização de condições mais adequadas de financiamento, como a ampliação dos prazos de pagamento pelo comércio, a associação entre grandes grupos de varejo e instituições financeiras e a disseminação das modalidades de empréstimos consignadas na folha de salários, notadamente para aposentados e pensionistas.

Só a título de ilustração, o valor das operações de crédito pessoal aumentou 39,3% entre setembro de 2004 e agosto de 2005, contra expansão de 18,7% para o total, sendo que os financiamentos consignados apresentaram custo médio de 37,0% ao ano, com prazos de amortização de até 36 meses, ante os 77,0% a.a. das principais linhas de crédito disponíveis no mercado. Com isso, o peso do crédito no PIB subiu de 26,0%, em 2004, para 29,0% em 2005 e a inadimplência das pessoas físicas acima de três meses recuou de mais de 8,0% no final de 2002 para 6,0% atualmente.

Do ponto de vista técnico, o fator dinâmico, gerado pela demanda e pelos preços de exportações, não tem conseguido produzir elevados graus de internalização, em conseqüência de elementos de perturbação à continuidade do incremento da renda doméstica, especialmente o enorme contingente de desempregados (formais e informais), o rebaixamento do estoque e do fluxo de rendimentos, a concentração de renda, e os estratosféricos níveis de juros e de tributos que deprimem a demanda para consumo e investimento.

Tal argumento pode ser comprovado por dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que demonstram que as indústrias integrantes da lista das 500 maiores empresas do País gastam cerca de 45,0% do valor agregado com o pagamento de juros e o recolhimento de tributos. A propósito, a carga tributária brasileira experimentou incremento de 87,5% entre 1988 (ano de promulgação da nova Constituição) e 2005, passando de 20,0% para 37,5% do PIB.

Ao mesmo tempo, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), efetuada pelo IBGE, verificou que, em 2003, 65,2% dos trabalhadores brasileiros auferiram rendimentos inferiores a dois salários

mínimos (SM), sendo que quase 40,0% figuravam na categoria desprovida de rendimentos, participando de forma marginal na composição da demanda. Em contraposição, pouco mais de 6,0% e 4,0% de pessoas ocupadas percebiam entre 05 e 10 SM e mais de 10 SM, respectivamente, conformando um cume de pirâmide de apropriação de renda extremamente reduzido – determinado em grande medida pela renda variável proveniente das aplicações financeiras –, incapaz de propiciar a viabilização de multiplicação de escalas produtivas e de inovações.

Nessas circunstâncias, o processo de impulso do crédito pode estar atingindo o seu limite técnico ao comprometer a diminuta renda futura de seus tomadores e a renovação das decisões de consumo. Aproximadamente metade dos segurados da Previdência que contraíram financiamentos com desconto recebe até um salário mínimo por mês.

A restrição mais relevante ao crescimento compreende o caráter imutável da política econômica

Por certo, atualmente, a restrição mais relevante ao crescimento compreende o caráter imutável da política econômica, provocando freqüentes atritos entre as correntes desenvolvimentista (BNDES, Agricultura e Comércio Exterior) e ortodoxa (Fazenda e Banco Central) do governo, esta última chegando a enxergar perigos de inflação de demanda com o País registrando saldos positivos na balança de transações correntes.

Em vez de aproveitar a oportunidade ímpar oferecida pelo enorme estoque de capital político acumulado com as eleições de 2002 e introduzir mudanças relevantes no arcabouço econômico curto-prazista, o governo optou por comprar a confiança dos mercados com juros elevados e câmbio apreciado.

A esse respeito, a manutenção de juros reais sete vezes acima da média dos emergentes não resiste a qualquer lógica econômica elementar. O argumento do fardo representado por duas moratórias dos passivos externos – basicamente a do principal em 1987 e a dos juros em 1989 – é falacioso, especialmente quanto são observados os casos de calote e reestruturação das dívidas da Rússia (1998) e da Argentina (2001), que inclusive operam com juros reais negativos nos dias de hoje. Ressalte-se que para os investidores internacionais a enorme rentabilidade propiciada pelo diferencial de juros (internos *versus* internacionais) é ampliada pelo real sobrevalorizado.

Outra vertente da condução macroeconômica – a ineficácia no gerenciamento dos recursos públicos, demonstrada no contingenciamento das verbas orçamentárias para despesas correntes em benefício do pagamento dos juros da dívida pública – também causou efeitos devastadores, verificados nos registros de surgimento de focos de febre aftosa no maior estado produtor e exportador do País – Mato Grosso do Sul –,

motivados essencialmente por cortes nos recursos do programa de defesa sanitária animal e vegetal, que inicialmente previa a aplicação de R\$ 167,0 milhões para 2005, e acabou recebendo liberações do Ministério da Fazenda de apenas R\$ 37,0 milhões.

Dos R\$ 35,0 milhões orçados para a erradicação da febre aftosa, apenas 1,6% (R\$ 556 mil) foram efetivamente aplicados até o mês de outubro, sendo que outros R\$ 10,0 milhões utilizados equivalem a dispêndios pendentes do orçamento de 2004. A negligência oficial com as ações fitossanitárias já interferiu negativamente no desempenho de toda a cadeia produtiva regional, dada a interrupção da venda de carne bovina procedente daquela unidade federativa para o mercado interno.

As exportações serão severamente atingidas, devido à suspensão das compras por parte de grandes consumidores, como a União Européia (destino de um terço do total exportado pelo Brasil), Oriente Médio, África do Sul e Rússia (maior comprador individual), e à multiplicação das dificuldades de inserção nos mercados norte-americano e japonês.

Curiosamente, diante da flagrante situação de enfraquecimento político, o único elemento de coerência que sobra ao executivo é o gerenciamento da estabilização, direcionado ao atendimento dos interesses hegemônicos dos rentistas do mercado financeiro e divorciado da montagem de um arrojado projeto de transformação econômica e social, abandonado pelo País no último quarto de século, e que seria caracterizado essencialmente pela natureza desviada do modelo neoliberal, que é preso à defesa das reformas microeconômicas necessárias exclusivamente à segurança dos investidores estrangeiros.

Na prática, o projeto deveria estar voltado prioritariamente à realização de inversões na desobstrução dos gargalos infra-estruturais ao crescimento da oferta – que perenizam embaraços logísticos e riscos de insuficiência de suprimento de energia – e ao pagamento da substancial dívida social, particularmente o desemprego estrutural, a pobreza e a miséria.

Conforme levantamentos do Banco Mundial, a América Latina e o Brasil estariam defasados em aproximadamente duas décadas na área de infraestrutura, aplicando em média 1,0% do PIB por ano. Para atingir os níveis de capital social básico da Costa Rica, referência para a Região, o Brasil teria que investir cerca de 3,0% do PIB ao ano em infraestrutura, em um horizonte temporal de vinte anos. Já para alcançar a China, em idêntico intervalo, os requerimentos de inversões subiriam para 4,4% do PIB.

Considerando que os cálculos do Banco Mundial abarcam apenas as novas demandas (obras), a inclusão dos recursos destinados à recuperação e manutenção do estoque infra-estrutural disponível elevaria as necessidades de aplicações em infraestrutura para entre 5,0% e 7,0% do PIB por ano.

Outra investigação, efetuada pelo Banco Central do Chile, infere que o atraso nos investimentos infra-estruturais representaria o elemento explicativo de aproximadamente um terço da diferença de intensidade

de expansão econômica entre o Brasil e os tigres asiáticos no intervalo 1980-1997. A continuidade e o agravamento do problema, mesmo depois das privatizações dos anos 1990, decorreriam das incertezas regulatórias e do diminuto patamar de inversões do setor público.

Ademais, não por acidente, o Brasil ficou no 63º posto no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por 177 países pesquisados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2003. O País manteve a posição ostentada em 2002 (0,792 *versus* 0,790), situando-se abaixo da média da América Latina e Caribe (0,797) e acima do indicador mundial (0,741).

Mesmo sendo avaliado como desconfortável, o índice brasileiro poderia carregar apreciável superestimativa do desenvolvimento social do País, pelo fato de a metodologia de cálculo do IDH não incorporar variáveis como desemprego e violência. De acordo com inferências realizadas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Brasil estaria em 109º em um indicador de exclusão social medido para 175 nações.

No mesmo sentido, o PNUD apontou o Brasil como a oitava nação mais desigual do mundo em 2003, com base no Índice de Gini (que varia entre zero e um, sinalizando maior concentração de renda quanto mais se distanciar da unidade). Exibindo indicador 0,593, o Brasil foi suplantado em exclusão social apenas pela latino-americana Guatemala e pelos africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia.

As informações do PNUD revelam um panorama de apropriação funcional da renda com facetas diametralmente opostas no Brasil. Enquanto os 10,0% mais ricos abocanhavam cerca de 47,0% dos rendimentos, os 10,0% mais pobres absorviam somente 0,7% da riqueza. Simulações do PNUD sinalizam que a transferência de 5,0% da renda dos 20% mais abastados para os mais pobres resultaria na retirada de aproximadamente 26 milhões de pessoas da miséria e na redução da taxa de pobreza de 22,0% para 7,0% da população.

Outro estudo do Banco Mundial, “Doing Business in 2004”, confirmou a suspeita de o Brasil ser um dos piores lugares do mundo para a realização de negócios, ficando na 119ª colocação em um ranking de 155 nações, perdendo para países como Letônia, Paquistão, Colômbia, México, Peru, Argentina, Rússia, Paraguai, Uruguai, Equador, Índia, dentre outros, destacando-se negativamente na morosidade para a abertura de empresas.

O mais gritante, porém, é qualidade do dispêndio público brasileiro. O relatório da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) referente ao exercício de 2002 demonstrou que o Brasil gastou 5,4% do PIB em educação, superando todos os países de um conjunto amostrado de treze, entre desenvolvidos e emergentes. Todavia, quando tomada a população com educação secundária completa, o País despencou para o piso da lista, apresentando 32,0% de conclusão na faixa entre 25 e 34 anos e apenas 15,0% na categoria entre 55 e 64 anos, suplantando, neste último item, apenas a Malásia (13,0%).

Outro aspecto interessante é a concentração das despesas com ensino superior. Os recursos por aluno alocados nessa faixa correspondem a doze e dez vezes aqueles direcionados ao ensino fundamental e médio, contra três e 2,3 vezes nos Estados Unidos, por exemplo. O pior é que essa espécie de “filé mignon” do dispêndio público em educação é apropriada pelas camadas mais abastadas da sociedade, dado que mais de 70,0% das verbas são absorvidas pelos 20,0% mais ricos, enquanto 3,0% cobrem a camada dos 60,0% mais pobres.

Os levantamentos da OECD também situaram o Brasil na 37ª e 40ª colocação em compreensão de leitura e matemática, em uma amostra de 40 países. No âmbito doméstico, dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), referentes ao ano de 2003, indicaram, dentre outros problemas, que o conhecimento de quase 70,0% dos alunos do terceiro ano do ensino médio foi classificado como crítico e muito crítico.

No terreno da competitividade o Brasil também vem perdendo espaço no mundo globalizado. Pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial, em conjunto com a Fundação Dom Cabral, junto a 212 executivos de 190 empresas aqui estabelecidas, apurou que o País perdeu oito posições no ranking internacional de competitividade, passando do 57º posto, em 2004, para o 65º em 2005, bastante atrás de nações concorrentes em investimentos estrangeiros, como Chile (23º), China (49º), Índia (50º) e México (55º). O topo da lista vem sendo reservado a países que investem em pesquisa e inovação tecnológica, caso da Finlândia, Estados Unidos, Suécia, Dinamarca, Taiwan e Cingapura.

A drástica queda do Brasil nas classificações mundiais de competitividade decorre do convencimento dos empresários a respeito da deterioração do ambiente de negócios

A despeito do fortalecimento dos indicadores macroeconômicos, a drástica queda do Brasil na classificação advém do convencimento dos empresários a respeito da deterioração do ambiente de negócios, a partir da percepção de avanço da corrupção e da interrupção das ações na direção da implementação de reformas estratégicas como as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Entre 2004 e 2005, o Brasil caiu 20 postos no tópico qualidade das instituições públicas (do 40º para o 60º), 17 em corrupção (do 45º para o 62º) e 39 em desperdício de recursos públicos (do 72º para o 111º), ficando em último lugar (117º) em tributos.

No quesito corrupção, segundo pesquisa da ONG Transparência Internacional (TI), sediada em Londres, realizada em cerca de 160 países, o Brasil caiu da 59ª posição, em 2004, para a 62ª em 2005, registrando nota de 3,7 (em uma escala entre zero e dez) contra 3,9 em 2004, configurando a pior situação desde 1998, e ficando atrás de nações como Belize, Colômbia, Trinidad e Tobago, Cuba, Chile e outros.

Por tudo isso, o arranjo institucional da pauta de tarefas para materialização do projeto expansivo deveria buscar a conciliação de duas agendas: a conjuntural e a estrutural. Na conjuntural figurariam a redução dos juros e o rearranjo, a simplificação e a diminuição dos tributos (com a redução da natureza regressiva e a diminuição dos impostos indiretos), instrumentos clássicos de redistribuição de renda e de melhoria da eficiência econômica.

Na agenda estrutural, apareceriam a formulação e execução de políticas industriais ativas, capazes de promover permanente atualização tecnológica do parque industrial e assegurar o encaixe competitivo do País em mercados dinâmicos da globalização, a reativação dos mecanismos de captação de poupanças e de financiamento dos projetos de longa maturação, o resgate da eficiência da gestão fiscal, o alongamento do perfil temporal de vencimento e o barateamento do custo de rolagem da dívida pública, a revisão do pacto federativo e a reforma do sistema político-partidário.

No tocante ao endividamento público, a recente iniciativa de emissão externa de títulos da dívida em reais com prazo de dez anos, por parte do tesouro brasileiro, acompanhando o movimento de lançamento de papéis lastreados em moeda não-conversível pelos emergentes em uma etapa de diminuição da aversão ao risco, não altera qualitativamente a natureza dos passivos, dada a necessidade de liquidação em moeda forte, além de intensificar a articulação do mercado financeiro doméstico com o internacional.

A confecção da pauta estrutural talvez constitua a primeira missão do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, lançado em Helsinque, na Finlândia, com o objetivo de funcionar como entidade suprapartidária e supranacional encarregada de repensar o desenvolvimento com parâmetros sociais menos heterogêneos, inclusive nas economias centrais. O Centro é uma idéia do governo e da Unctad, entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada ao comércio, e contará com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por quatro anos.

Até porque, na falta de disposição e ousadia para a organização desses ingredientes, o governo, de forma surpreendente, e particularmente o Ministério da Fazenda, vêm acenando com a intensificação da abertura do mercado nacional a produtos procedentes do exterior, mediante substancial rebaixamento do teto e da média das alíquotas do imposto de importação incidente sobre produtos industrializados (do teto de 35,0% para 10,5% e da média de 10,8% para 7,4%) e da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) de 10,8% para 7,4%.

Esse pacote de diminuição de proteção tarifária, em consonância com as reivindicações dos países industrializados da União Européia e dos Estados Unidos, seria colocado na mesa de negociações comerciais multilaterais da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma espécie de moeda de troca para a obtenção de concessões relevantes nos mercados importadores de produtos agrícolas.

A explicitação antecipada da posição brasileira nos possíveis acordos internacionais, desprovida de qualquer qualificação e quantificação de contrapartidas, mostra-se conflitante com os acertos criteriosos e graduais que vêm sendo realizados pelo Itamarati e com os interesses dos fabricantes de praticamente todos os departamentos de produção do sistema econômico brasileiro.

Ademais, a proposta da Fazenda constitui uma tentativa de solução microeconômica para deficiências sistêmicas como juros, carga tributária, regulamentação e burocracia excessivas (dos negócios e das relações de trabalho), câmbio apreciado, infra-estrutura sucateada, e reduzidos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e qualificação de mão-de-obra, cruciais para a inserção do Brasil nas áreas de vanguarda das trocas internacionais. Só em juros, o governo federal deve gastar R\$ 127,0 bilhões em 2005, o maior montante desde o lançamento do real, superando em 50,0% o valor previsto no Orçamento da União.

Convém ter presente que somente a superação dos embaraços conjunturais (econômicos e políticos) permitirá a recuperação sustentada da taxa de investimento na economia brasileira, resultante de

encorpadas inversões em ampliação da capacidade produtiva, que reflitam expectativas alicerçadas em clima de negócios estáveis num contexto intertemporal. Até aqui, o que se percebe são inversões de pequena monta, dirigidas ao abrandamento da saturação da capacidade produtiva de algumas linhas da indústria.

Isso é especialmente verdadeiro quando se leva em conta que as escolhas estratégicas dos agentes devem estar diretamente ligadas à credibilidade na estabilidade das instituições, e não a fatores ocasionais, como a antecipação da compra de bens de capital para aproveitamento de estágio de câmbio apreciado.

Do contrário, o crescimento Brastemp, em 2005 e 2006, tão desejado por Lula, vai ser obtido por alguns emergentes da Ásia e da América Latina e pelos Estados Unidos, tendo o Brasil que se contentar em permanecer na segunda divisão no campeonato de dinamismo econômico. Em contraposição aos emergentes que vêm conseguindo conciliar controle da inflação com crescimento econômico, como Rússia, Índia, China, Argentina, Chile, Estônia, Letônia e Lituânia, o Brasil comemora a compressão da inflação com o sacrifício do crescimento sustentado.

O charme dos economistas

Gilmar Mendes Lourenço*

A categoria dos economistas assumiu papel fundamental na formulação e execução de programas de desenvolvimento no transcorrer da etapa de constituição da industrialização pesada brasileira, que começou no segundo governo Vargas, nos anos 1950, e se encerrou na administração Geisel, no segundo quinquênio da década de 1970, com a implantação dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Nos tempos recentes, é perceptível a ampliação da preocupação das entidades dedicadas ao ensino superior de Ciências Econômicas e dos respectivos organismos de representação de classe, com o declínio da demanda por profissionais da área no mercado de trabalho do País. A redução do número de inscrições nos concursos vestibulares, e mesmo de matrículas efetivas, em paralelo ao expressivo avanço do raio de ação dos segmentos de administração e, em menor medida, de ciências contábeis, representam exemplo prático desse fenômeno.

De fato, o encurtamento da participação do economista no quadro do emprego qualificado no Brasil repousa em duas ordens de compreensão e de explicação, intimamente atreladas. A primeira delas corresponde a uma restrição de natureza geral, associada a uma sucessão de descalabros cometidos na gestão econômica brasileira, desde o final dos anos 1970, em clima de autoritarismo político até 1984, sintetizada na materialização de doutrinas focadas no cumprimento de objetivos de curto prazo – como a geração de enormes saldos comerciais para o pagamento dos juros da dívida externa e os experimentos fracassados (heterodoxos, ortodoxos e mistos) de combate à inflação –, na rendição às regras neoliberais da globalização produtiva e financeira, monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e, por último, na aplicação do regime de metas de inflação, atual disfarce do monetarismo.

Tais condutas suprimiram o privilegiado espaço das atividades subjacentes ao planejamento e ao poder de coordenação e de indução do Estado, ou mais precisamente à montagem de estratégias públicas e privadas com prolongado horizonte temporal de maturação, típicas do economista.

O mais gritante, porém, é que o malogro das seqüenciais panacéias oferecidas à sociedade brasileira, anunciadas como imprescindíveis tanto à resolução dos problemas conjunturais quanto à impulsão do Estado de Bem-Estar coletivo comprometeu drasticamente a

confiança nas fórmulas aplicadas – muitas das quais importadas de ambientes bastante diferentes do brasileiro – e na reputação dos economistas, que passaram a ser rotulados como “profetas do passado”, dentre outros adjetivos pouco confortáveis.

Ao mesmo tempo, por manter o sistema produtivo em situação de quase permanente recessão – salvo em alguns períodos marcados por repiques de expansão, explicados, na maioria das vezes, por fatores de deturpação, e não por elementos pró-cíclicos –, a orientação macroeconômica acabou por inviabilizar a criação de condições objetivas à retomada auto-sustentada do crescimento e, o que é pior, por comprimir a massa de rendimentos, inclusive da classe média, reduto da maior densidade de oferta de matéria-prima para a aprendizagem de nível universitário.

Na mesma linha, as reformas estruturais acopladas ao cenário de inserção do Brasil em contextos (exógenos e endógenos) de acirramento da competição intercapitalista oportunizaram substanciais modificações no perfil do economista requerido pelos novos mercados.

A perda do charme da profissão de economista no Brasil deriva do abandono do planejamento econômico e da ausência de aderência entre os currículos dos cursos de graduação e a realidade da demanda

A par disso, o segundo eixo de entendimento da menor presença do economista na operação dos mercados e, por extensão, da perda do charme da profissão no País, equivale à ausência de aderência entre os currículos dos cursos de graduação e a realidade da demanda, em um panorama mais concorrencial, multidisciplinar e encaixado no paradigma da Terceira Revolução Industrial e da financeirização da riqueza.

**Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização (Sindecon-PR, 2005).*

A distorção mais relevante compreende o predomínio de disciplinas voltadas à busca de construção de um “especialista generalista”, detentor de profundos conhecimentos em quase todas as áreas, situação mais compatível com as etapas subseqüentes da formação, especialmente a capacitação em planos de especialização, mestrado e doutorado.

Ao adotar esse tipo de postura, as escolas de graduação em economia praticamente abdicam da preparação de times com capacidade competitiva em um pedaço mais rasteiro do balcão de oportunidades (inclusive de concursos públicos), disputado por outros entes providos de conhecimentos mais encorpados em administração, contabilidade, legislação, finanças, matemática financeira, dentre outras áreas.

Por tudo isso, a superação desses constrangimentos à formação e à atuação dos economistas, e o resgate do *glamour* da profissão, em circunstâncias contemporâneas, passam, inevitavelmente, pela flexibilização das estruturas curriculares dos cursos, na direção da produção de um profissional mais próximo das exigências e especificações determinadas pela radical mutação verificada no mercado de ocupações, ao longo das últimas duas décadas e meia, alargando o terreno do segmento privado e encolhendo a demanda do setor público.

Para tanto, parece crucial a multiplicação de conteúdos multidisciplinares, dada a ampliação e diversificação dos espaços de trabalho comuns entre distintas categorias profissionais – especialmente em

meio ambiente, regulação e perícia –, e a preservação organizada dos estoques e fluxos de conhecimentos propiciados pela retaguarda histórica, metodológica, estatística e social, característica da categoria dos cientistas sociais, da qual o economista faz parte.

A propósito, os contornos científicos da economia foram conferidos no século XVIII, com a obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith, e a construção da escola clássica, por Smith e David Ricardo, base da doutrina liberal. A partir do século XIX apareceram as escolas histórica, marxista, marginalista e keynesiana, esta última ganhando destaque entre a Grande Depressão dos anos 1930 e o final da Segunda Guerra Mundial. A corrente neoliberal, surgida após a década de 1960, tentou combinar os preceitos liberais com o capitalismo contemporâneo.

A maximização da função social do economista também depende da restauração dos alicerces de um projeto de crescimento de longo prazo para o País, menos subordinado à poupança externa, mais voltado ao mercado doméstico e com maior grau de distribuição de renda e de inclusão social. Frise-se que as bases desse projeto foram perdidas em algum momento do passado, no qual o Brasil deixou de planejar, os “olhos de águia” cederam lugar às planilhas financeiras – na busca do robustecimento dos lucros das organizações pela impulsão da renda variável propiciada pela hiperinflação indexada e/ou pelos juros reais elevados – e os economistas viraram peças secundárias nas tarefas de proposição e intervenção visando à conciliação entre otimização da eficiência produtiva e homogeneização do tecido social.

Economia paranaense: os últimos resultados da produção industrial

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

A produção industrial paranaense registrou crescimento de 5,2% no acumulado dos oito primeiros meses de 2005, em relação ao mesmo intervalo do ano passado, superando a variação de 4,3% anotada pela indústria brasileira. O bom desempenho do setor manufatureiro do Paraná se deveu principalmente aos ramos de edição e impressão, veículos automotores e refino de petróleo, que contabilizaram aumentos de, respectivamente, 32,5%, 24,7% e 22,2% no período janeiro-agosto deste ano (tabela 1), contribuindo sobremaneira para a destacada posição do Estado no *ranking* da produção industrial (quinto lugar, atrás somente do Amazonas, Minas Gerais, Goiás e São Paulo).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ NO ACUMULADO DO PERÍODO JANEIRO-AGOSTO DE 2005⁽¹⁾

ATIVIDADE INDUSTRIAL	VAR. (%)
Indústria geral	5,2
Indústria de transformação	5,2
Alimentos	-2,5
Bebidas	10,1
Madeira	-9,0
Celulose, papel e produtos de papel	6,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	32,5
Refino de petróleo e álcool	22,2
Outros produtos químicos	-25,9
Borracha e plástico	-4,3
Minerais não-metálicos	4,1
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	-5,8
Máquinas e equipamentos	-3,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,7
Veículos automotores	24,7
Mobiliário	-1,5

FONTE: IBGE

(1) Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A significativa performance do ramo de edição e impressão decorreu da ampliação da produção de livros e jornais, atividade fortemente influenciada pelas compras governamentais. No entanto, a despeito do crescimento expressivo em termos relativos, o referido segmento não pode ser apontado como o principal responsável pelo resultado positivo da produção física

do setor secundário, devido ao seu reduzido peso na estrutura industrial do Estado, em comparação aos ramos de refino de petróleo e veículos automotores.

Nesse último caso, o notável incremento na produção industrial derivou da combinação entre a expansão da demanda interna e a trajetória ascendente das exportações. De janeiro a agosto deste ano, as vendas no atacado de automóveis e veículos comerciais atingiram a marca de 1,1 milhão de unidades (considerando somente as vendas de veículos nacionais), o que correspondeu a uma elevação de 6,5% em relação a igual período de 2004, quando foram comercializados 998,3 mil autoveículos no mercado brasileiro.

Quanto às exportações, verifica-se que as montadoras instaladas no Paraná destinaram um total de 93,6 mil veículos ao exterior nos oito primeiros meses de 2005, número que representou aumento de 105,1% no confronto com o mesmo intervalo de 2004, segundo estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esse pronunciado acréscimo está diretamente relacionado ao início das exportações de uma nova linha de automóveis para a União Européia, que até então não se destacava como importadora de veículos paranaenses.

Refletindo os novos contratos, as exportações de automóveis para o bloco econômico europeu somaram 48,7 mil unidades até o mês de agosto, superando o Mercosul e os Estados Unidos, tradicionais mercados dos carros produzidos no Estado. Todavia, deve-se ressaltar que o atendimento da demanda européia passará a ser realizado por outra fábrica do grupo, localizada em São Bernardo do Campo (SP), o que certamente influenciará os resultados futuros das exportações paranaenses de autoveículos.

Ainda no segmento automotivo, cabe destacar a evolução das vendas externas de ônibus para o Chile – como efeito dos contratos de fornecimento de veículos para o transporte público – e de caminhões para a Suécia e a Argentina, não deixando dúvida quanto à relevância das exportações no crescimento da produção da indústria automobilística do Paraná.

Passando ao ramo de refino de petróleo, sabe-se que a expressiva variação da produção física em

*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

2005 é resultado da paralisação das operações da Refinaria Getúlio Vargas (Repar) em meados do ano passado, para a realização de serviços de manutenção. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, foram refinados 44,7 milhões de barris de óleo bruto pela Repar no período janeiro-agosto deste ano, muito acima do volume processado nos oito primeiros meses de 2004 (36,6 milhões de barris).

Em contraposição a esses bons resultados, algumas atividades industriais apresentaram decréscimos na produção, sobressaindo os ramos de produtos químicos e madeira, com variações de -25,9% e -9,0%, respectivamente. O fraco desempenho da indústria química reflete principalmente o menor consumo de insumos pela agricultura, evidenciando os efeitos da retração da renda do setor primário, derivada da redução da produção de grãos e do comportamento declinante dos preços das principais *commodities* agrícolas.

Ademais, pode-se imputar à agricultura a performance negativa das indústrias de alimentos e de máquinas e equipamentos, em razão da forte influência da produção de óleos vegetais e de tratores e colheitadeiras nos resultados dos referidos segmentos manufatureiros.

Com relação ao ramo madeireiro, o declínio da produção física revela o impacto da apreciação cambial sobre as vendas externas. Em virtude do alto coeficiente de exportação da atividade, a manutenção dos atuais patamares da taxa de câmbio certamente determinará níveis de produção mais baixos que os verificados nos últimos anos.

Enfim, no cômputo geral, pode-se afirmar que a produção industrial paranaense vem apresentando comportamento bastante satisfatório em 2005, apesar de alguns sinais recentes não favoráveis. Especificamente nos meses de julho e agosto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física da indústria local recuou -0,5% e -3,4%, respectivamente, na comparação com os mesmos períodos de 2004.

Já no acumulado em doze meses, o último resultado aponta para um crescimento da ordem de 8,2%, variação que, embora significativa, é a menor desde setembro de 2004. Portanto, há indícios de diminuição do ritmo da atividade industrial no Paraná, como reflexo principalmente de uma política cambial incompatível com a continuidade da ampliação das exportações.

O 3º choque do petróleo e o Brasil

*Gilmar Mendes Lourenço**

O debate econômico vem acenando com a possibilidade de ocorrência de um terceiro choque do petróleo no mundo, por conta da elevação das cotações internacionais do barril do produto, que não devem cair dos US\$ 65,0 até 2007, depois de terem alcançado US\$ 45,0 no início de 2005 e US\$ 10,0 no final da década de 1990.

Desde o começo de 2003, os preços do petróleo contabilizaram variação acumulada equivalente aos dois saltos do decênio dos 1970. Se forem deflacionados pelos indicadores de varejo dos Estados Unidos (EUA), os patamares atuais tornam-se os mais elevados em quarenta anos, salvo aqueles experimentados transitoriamente por ocasião da invasão do Irã pelo Iraque em 1990.

A raiz da presente marcha altista repousa na combinação entre a equação equilibrada e aquecida de oferta e demanda, a condição de limite técnico de plena capacidade de refino, a instabilidade política de importantes países produtores, como Venezuela e Nigéria, e o comprometimento da produção americana no Golfo do México pelo furacão Katrina, e pouco depois pelo Rita, em um cenário de ausência de possibilidade de soluções de abastecimento com fontes alternativas de energia.

Mesmo na possibilidade de ocorrência de previsões exageradas acerca das perdas provocadas pelos problemas climáticos, a expansão da demanda de petróleo em 2006 deve superar a oferta em 0,8 milhão de barris/dia, ou 1,3 milhão/dia de incremento no potencial de produção *versus* 2,1 milhões/dia no consumo.

Convém recordar que a quadruplicação dos preços do óleo em 1973 foi precipitada pela guerra do Yom Kippur, travada entre os árabes e os israelenses, enquanto a duplicação das cotações em 1979 foi deflagrada pela derrubada do regime comandado pelo xá do Irã, Reza Pahlevi, e pela tomada do poder pelo grupo comandado por Ayatolá Khomeini.

O Katrina atingiu aproximadamente 4 mil plataformas de extração de óleo bruto – que equivalem a 1/3 e 1/5 da produção de petróleo e de gás natural do Golfo do México, respectivamente –, interferindo negativamente nas atividades dos portos, oleodutos, gasodutos e refinarias. Diante da situação de

desestabilização do suprimento de petróleo bruto e de derivados, o governo dos EUA optou por realizar leilões de vendas de estoques estratégicos para a garantia de fornecimento, e os países avançados, integrantes da Agência Internacional de Energia, se dispuseram a disponibilizar cerca de dois milhões de barris retirados das reservas.

Cálculos do Serviço de Gerenciamento de Minerais dos EUA indicam perda de 6,0 milhões de barris de petróleo na última semana de agosto, o que correspondeu a quase 30,0% da produção norte-americana em um ano, ocasionando racionamento na revenda de combustíveis e pronunciada ascensão dos preços. Os dispêndios do consumidor americano com energia apresentaram, no mês de setembro, a maior elevação desde 1957 (12,0%), puxada pela gasolina (18,0%), provocando alta do índice de preços ao consumidor de 1,2%, a maior em 25 anos.

Adicionalmente, é perceptível a permuta de consumo dos jipões americanos pelos veículos econômicos fabricados pelas montadoras asiáticas. A venda acumulada de utilitários caiu 6,3% nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2005, evidenciando um movimento de cautela dos consumidores dos EUA frente às elevações de preços dos combustíveis, em paralelo à elevação dos juros e à sinalização de exaustão da bolha imobiliária.

Projeções dos meios especializados sinalizam fortes chances de ocorrência conjugada dos fenômenos inflação e desaceleração da velocidade de crescimento da economia mundial, associada à impulsão dos preços do petróleo, especialmente em razão da impossibilidade de supressão dos gargalos de oferta no curto prazo e do provável ajuste para cima dos juros norte-americanos e europeus. A esse respeito, inferências do Fundo Monetário Internacional (FMI) denotam queda de 0,5%

**Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização (Sindeccon-PR, 2005).*

(meio ponto percentual) no Produto Interno Bruto (PIB) mundial anual em resposta ao acréscimo de US\$ 10,0 no preço do barril de petróleo.

*O encarecimento repentino
e/ou permanente da principal
fonte de energia da era industrial
tende a produzir um circuito de
transferência de renda das
nações consumidoras às produtoras*

Sem dúvida, o encarecimento repentino e/ou permanente da principal fonte de energia da era industrial tende a engendrar um circuito de transferência de renda das nações consumidoras às produtoras, de diminuição dos rendimentos líquidos de famílias e empresas e de rebaixamento das inclinações ao consumo e ao investimento produtivo.

Todavia, as circunstâncias tecnológicas e macroeconômicas atuais, bastante distintas das prevalecentes nos anos 1970, podem servir de anteparo à acomodação das renovadas elevações dos preços do óleo. Do lado técnico, as progressivas inversões em racionalização no uso de fontes fósseis e/ou o desenvolvimento e utilização de outras vertentes energéticas provocaram a redução da elasticidade do consumo do petróleo frente ao PIB.

Do ângulo econômico, a surpreendente conjugação entre estabilidade da inflação e dinamismo da demanda pode ser atribuída aos expressivos excedentes de mão-de-obra nos principais mercados, formados com o panorama recessivo verificado entre 2001 e 2003 – depois da reação norte-americana às investidas terroristas –, e ainda não exauridos pela recuperação dos últimos dois anos.

Tal fenômeno tem permitido a neutralização das pressões de custos, oriundas das majorações dos preços das *commodities* agrícolas, minerais e metálicas, por intermédio da compressão salarial. Ademais, é prudente não esquecer que o aumento da receita dos países produtores de petróleo e, conseqüentemente, de sua capacidade de importar, pode amortecer, ainda que parcialmente, aqueles efeitos contracionistas previstos.

Por fim, um movimento ascendente das cotações do petróleo apanharia o Brasil dependendo apenas residualmente das importações, ao contrário do quadro de enorme vulnerabilidade durante os choques pretéritos. Em 2005, o País deverá despender, no máximo, US\$ 5,0 bilhões com compras externas de petróleo e, para 2006, as projeções conferem equilíbrio para a conta-petróleo, em virtude da expansão da capacidade de produção doméstica e externa da Petrobrás e da existência de excedentes de álcool para atendimento de uma frota de veículos que já opera com predominância das modalidades utilizadoras do bicomustível.

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior**, Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Shelbert Braz***

AGROINDÚSTRIA

Faturamento das cooperativas do Paraná apresenta queda de 42%

De acordo com a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), o faturamento do segmento cooperativista do Estado atingiu US\$ 440 milhões no período janeiro-julho de 2005, com retração de 42% na comparação com o mesmo período de 2004.

A queda das receitas das cooperativas paranaenses reflete o declínio da produção de grãos, consequência direta da prolongada estiagem e dos preços de algumas *commodities* agropecuárias.

CASADO, Vânia. Cai faturamento de cooperativas no PR e RS. **Folha de Londrina**, 5 set. 2005. Folha Economia, p.4.

Imcopa investe US\$ 12 milhões na unidade de Araucária

A fábrica de proteína concentrada de soja da Imcopa, localizada em Araucária, deverá receber US\$ 12 milhões em investimentos. Os recursos serão somados aos US\$ 20 milhões já aplicados em 2005. O objetivo é dobrar a capacidade de produção da unidade, atualmente de 150 mil toneladas ao ano.

A Imcopa possui cinco fábricas no Paraná, atua no comércio de *commodities* agrícolas e especializou-se na exportação de produtos livres de transgênicos.

SCARAMUZZO, Mônica. Imcopa investe para elevar a produção em unidade do PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 out. 2005. Empresas, p.B11.

INDÚSTRIA

Kraft Foods amplia unidades localizadas em Curitiba

A Kraft Foods Brasil investiu US\$ 5 milhões para começar a produzir fermentos, sobremesas e sucos nas suas unidades

localizadas em Curitiba. Com isso, a empresa encerrou suas atividades em Jundiaí (SP).

Como resultado da aplicação dos recursos, foram abertos 430 novos postos de trabalho pela empresa em Curitiba.

LIMA, Marli. Kraft Foods conclui expansão em Curitiba e sai de Jundiaí. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 set. 2005. Empresas, p.B6.

Herbarium expande capacidade e aumenta faturamento

A Herbarium, líder nacional no segmento de medicamentos fitoterápicos, localizada em Colombo, espera atingir um faturamento de R\$ 50 milhões neste ano, o que superaria em 25% o valor alcançado em 2004.

A empresa lançou 25 produtos neste ano, como resultado dos investimentos anuais de R\$ 1,5 milhão em pesquisa e desenvolvimento. Com isso, a produção deverá ter um incremento de 15%, exigindo aumento de cerca de 5% no seu quadro de funcionários, que atualmente totaliza 300 empregados.

SCHEFFER, Cinthia. Receita da Herbarium sobe 25% com novidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2005. p.15.

Indústria de genéricos de Toledo é ampliada

A Pradi Donaduzzi, terceira maior fabricante de medicamentos genéricos do País, está investindo R\$ 20 milhões na ampliação de sua fábrica localizada em Toledo, que passará a ter uma área de 20 mil metros quadrados.

A empresa emprega atualmente 1,7 mil pessoas, devendo chegar a 2,5 mil até o fim de 2006.

OKUBARU, Fábio. Fábrica de genéricos atrai investimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2005. p.4.

Grupo Hübner está investindo R\$ 50 milhões em duas novas unidades industriais

O grupo paranaense Hübner anunciou investimentos de R\$ 50 milhões em duas novas unidades industriais. Uma dessas unidades será instalada em Jaguariaíva (Região dos Campos

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1º/9/2005 a 31/10/2005.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Gerais) para produzir carvão. A outra fábrica será uma siderúrgica de ferro gusa, que ocupará uma área de 1,1 milhão de m² no município de Ponta Grossa.

O grupo acredita que a siderúrgica deverá faturar entre R\$ 7 milhões e R\$ 8 milhões, contribuindo para a elevação de receita total da Hübner, que atingiu a cifra de R\$ 134 milhões em 2004. Estima-se que a siderúrgica gerará cerca de 200 empregos diretos.

GASPARIN, Mirian. Hübner investe R\$ 50 mi em duas novas unidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2005. p.20.

Produção das montadoras cresce em 2005

A produção automobilística do Paraná atingiu a marca de 207,3 mil veículos no intervalo janeiro-agosto de 2005, representando incremento de 45% na comparação com o mesmo período do ano passado. Esse significativo resultado reflete o aumento da demanda interna, além do fechamento de novos contratos de exportação.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as exportações paranaenses de automóveis, utilitários, caminhões e ônibus cresceram 103% nos oito primeiros meses de 2005, atingindo 98,6 mil unidades. Em função do aumento da produção foram gerados 1,2 mil empregos, elevando para aproximadamente 10 mil o número de trabalhadores nas montadoras instaladas no Paraná.

GASPARIN, Mirian. Produção de veículos dispara nas montadoras do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2005. p.22.

COMÉRCIO

Mercadomóveis investe R\$ 3 milhões em Ponta Grossa

O grupo Mercadomóveis inaugurou mais uma loja no Paraná, no município de Ponta Grossa. A nova loja, que exigiu investimentos de R\$ 3 milhões, ocupa um espaço de 3,8 mil m² no centro da cidade, devendo atender cerca de 25 mil clientes ao mês. Uma das principais estratégias do grupo é atender os consumidores de alta renda, ofertando eletrodomésticos de última geração.

Em relação ao número de empregos, foram contratados 65 funcionários para o novo estabelecimento. No total, o grupo emprega cerca de 700 pessoas em suas 55 lojas.

BUSNARDO, Érica. Ponta Grossa terá maior loja de móveis do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 set. 2005. p.25.

Curitiba terá novo *shopping center*

O grupo Tacla investirá R\$ 280 milhões na construção de um novo *shopping center* em Curitiba, com previsão de conclusão para abril de 2008. O empreendimento ocupará uma área de 182,4 mil m² e terá 356 lojas, além de 11 salas de cinema.

Estima-se que, com o início das atividades comerciais, serão gerados 6 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. Nas obras de construção, o número total de operários deverá chegar a 4 mil.

GUETHS, Maigue. Curitiba ganha novo shopping. **Folha de Londrina**, 27 out. 2005. Economia, p. 2.

SCHEFFER, Cinthia. Novo shopping custará R\$ 280 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2005. p.22.

C&A voltará a atuar em Londrina

A empresa C&A Modas reabrirá em Londrina, ocupando um espaço de 1,5 mil m² do Catuaí Shopping Center.

A C&A possuía uma loja nesse mesmo *shopping* há mais de dez anos. Seu retorno pode ser atribuído ao potencial de consumo da região, avaliado por pesquisas de mercado. O empreendimento deverá gerar 80 empregos diretos.

C&A reabre loja em Londrina. **Folha de Londrina**, 16 set. 2005. Folha Economia, p.3.

Kalunga irá inaugurar loja em Curitiba

A Kalunga, maior rede brasileira na área de artigos de papeleria, informática e escritório, irá inaugurar no mês de dezembro uma loja em Curitiba, no Shopping Estação. A unidade de 800 m² está exigindo investimentos de aproximadamente R\$ 1 milhão e comercializará um total de dez mil itens.

JASPER, Fernando. Megapapelaria se instala no Estação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2005. p.22.

COMÉRCIO EXTERIOR

Saldo da balança comercial do Estado chega perto dos US\$ 4 bilhões

De janeiro a setembro, as exportações paranaenses acumularam US\$ 7,45 bilhões, registrando aumento de 0,76% na comparação com o mesmo período de 2004, com destaque para o setor automotivo.

Com relação às importações, o resultado no período foi de US\$ 3,47 bilhões, correspondendo a um incremento de 18% em relação ao resultado obtido em 2004. O aumento mais significativo ficou por conta do óleo bruto de petróleo, que passou de US\$ 180 milhões para US\$ 440 milhões. Com esses resultados, o saldo da balança comercial paranaense atingiu US\$ 3,97 bilhões.

EXPORTAÇÕES do Paraná chegam a US\$ 7,45 bi. **Folha de Londrina**, 18 out. 2005. Economia, p.4.

Paraná registra faturamento recorde nas exportações de frango

O estado do Paraná, maior exportador de carne de frango do País, registrou um faturamento de US\$ 101 milhões com a exportação do produto no mês de setembro, o que correspondeu a um aumento de 42% em comparação com período análogo de 2004. De janeiro a setembro de 2005, o total exportado atingiu US\$ 668 milhões, superando em 25% os US\$ 499 milhões registrados no mesmo período de 2004.

EXPORTAÇÃO de frango do PR bate recorde. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 out. 2005. p.18.

INFRA-ESTRUTURA

Copel inaugura a usina Santa Clara

A Copel inaugurou a usina Santa Clara no final de setembro. Localizada no rio Jordão, entre os municípios de Pinhão e Cândói, a hidrelétrica está gerando 123,3 MW, potência suficiente para atender 300 mil pessoas. A obra faz parte de um conjunto que tem ainda a usina Fundão e duas pequenas centrais hidrelétricas, no qual estão sendo aplicados R\$ 480 milhões.

A Copel investirá cerca de R\$ 1,6 bilhão até 2008, recursos que serão concentrados nas áreas de transmissão e distribuição.

LIMA, Marli. Copel inaugura nova usina e eleva potência no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 set. 2005. Especial, p.F4.

CASADO, Vânia. Requião inaugura usina de Santa Clara. **Folha de Londrina**, 30 set. 2005. Folha Economia, p.3.

Itaipu amplia potência instalada

A Itaipu Binacional investiu US\$ 190 milhões na instalação de duas novas unidades geradoras. As novas turbinas ampliarão

a potência instalada da usina para 14.000 MW, frente aos atuais 12.600 MW.

Em 2004, a Itaipu produziu 89,9 milhões de MWh, a terceira maior produção de sua história.

LIMA, Marli. Itaipu vai operar com 20 turbinas. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 set. 2005. Especial, p. F4.

Paraná terá nova estrutura para exportação de madeira

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) construirá dois armazéns em Ponta Grossa, com o objetivo de otimizar o transporte de madeira até o Porto de Paranaguá.

As unidades terão capacidade para armazenar 300 mil m³ de madeira, devendo garantir a geração de 1,4 mil postos de trabalho nos serviços relacionados à logística de transporte.

GASPARIN, Mirian. Paranaguá terá Corredor da Madeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2005. p.22.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005 ⁽¹⁾	57 842	81 085	1 402	60 565	138 594	2 288	27 167	544 719	20 051

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005 ⁽¹⁾	107 895	86 455	801	414 840	31 899 700	76 896	50 980	170 260	3 340

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005 ⁽¹⁾	432 446	542 347	1 254	205 729	3 967 165	19 283	1 971 747	8 292 554	4 206

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 350 196	2 978 109	2 206
2005 ⁽¹⁾	539	1 158	2 148	4 129 575	9 468 705	2 293	1 292 721	3 010 605	2 329

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2005

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Janeiro	121 181	18 728	27 006
1998	854 517	236 358	193 435	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
1999	957 237	198 873	229 466	Março	130 714	21 834	29 479
2000	1 041 412	181 113	235 315	Abril	127 224	21 885	27 522
2001	1 121 828	197 985	263 451	Maiο	129 493	23 624	29 508
2002	1 235 681	219 350	333 951	Junho	130 170	26 308	29 841
2003	1 344 398	219 774	359 139	Julho	138 452	22 128	30 029
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Agosto	132 983	22 417	28 961
Fevereiro	98 465	15 161	28 084	Setembro	134 141	25 930	28 795
Março	99 991	16 155	29 054	Outubro	133 126	26 809	26 859
Abril	101 153	17 152	29 714	Novembro	130 394	26 870	28 165
Maiο	112 623	17 422	30 246	Dezembro	139 160	22 435	28 106
Junho	103 349	15 244	29 913	2005 ⁽¹⁾	841 133	149 630	174 520
Julho	120 730	15 638	32 243	Janeiro	138 408	18 246	27 016
Agosto	115 940	17 616	30 363	Fevereiro	128 063	19 364	25 759
Setembro	121 156	20 834	30 928	Março	141 733	26 502	28 752
Outubro	127 530	24 920	33 913	Abril	135 603	29 261	28 540
Novembro	115 356	20 766	28 242	Maiο	145 529	28 822	31 875
Dezembro	118 106	23 322	25 048	Junho	151 796	27 435	32 579
2004 ⁽¹⁾	1 557 747	276 806	340 568				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - SETEMBRO 2005

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Maiο	192	1 040
1977	1 356	8 826	Junho	196	929
1978	1 614	9 636	Julho	220	1 084
1979	1 635	12 575	Agosto	317	1 126
1980	1 936	13 482	Setembro	324	1 063
1981	1 954	14 105	Outubro	395	867
1982	1 179	6 606	Novembro	347	886
1983	1 079	3 345	Dezembro	287	510
1984	1 748	7 921	2004	3 147	10 619
1985	2 167	9 728	Janeiro	198	440
1986	2 029	10 588	Fevereiro	408	694
1987	2 121	9 479	Março	399	896
1988	1 567	8 847	Abril	227	766
1989	1 386	6 189	Maiο	228	795
1990	885	4 111	Junho	213	942
1991	584	2 677	Julho	162	1 182
1992	593	2 893	Agosto	242	1 175
1993	1 038	4 475	Setembro	214	1 004
1994	1 707	9 011	Outubro	301	1 047
1995	859	5 095	Novembro	265	931
1996	897	4 180	Dezembro	290	747
1997	1 296	6 062	2005	522	5 574
1998	1 380	6 025	Janeiro	60	246
1999	1 351	4 854	Fevereiro	118	627
2000	1 692	6 251	Março	90	738
2001	2 046	8 307	Abril	34	749
2002	2 448	9 752	Maiο	19	686
2003	3 112	10 449	Junho	25	910
Janeiro	220	478	Julho	53	551
Fevereiro	238	734	Agosto	54	635
Março	247	776	Setembro	69	432
Abril	129	956			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2004

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004 ⁽¹⁾	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2003-2004

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2004		2003		Variação (%)	2004		2003		Variação (%)	2004 (%)	2003 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	9 396 534	100,00	7 153 235	100,00	31,36	96 475 220	100,00	73 084 140	100,00	32,01	9,74	9,79
União Européia	2 676 718	28,49	2 148 900	30,04	22,21	24 160 225	25,04	18 461 013	25,26	30,87	11,08	11,64
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 857 534	19,77	1 476 765	20,64	25,78	14 563 861	15,10	11 676 286	15,98	24,73	12,75	12,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 288 856	13,72	1 044 913	14,61	20,09	20 341 274	21,08	16 900 223	23,12	20,36	6,34	6,18
Oriente Médio	843 999	8,98	603 960	8,44	41,09	3 687 155	3,82	2 805 864	3,84	31,41	22,89	21,52
Mercosul	830 011	8,83	500 482	7,00	65,84	8 912 111	9,24	5 671 853	7,76	57,13	9,31	8,82
Europa Oriental	369 101	3,93	337 420	4,72	17,34	2 487 768	2,58	2 028 260	2,78	22,66	14,84	16,64
África	330 249	3,51	275 943	3,86	19,68	4 244 927	4,40	2 860 142	3,91	48,42	7,78	9,65
Outros ⁽¹⁾	1 200 065	12,77	764 851	10,69	65,80	18 077 899	18,74	12 680 499	17,35	42,56	6,64	6,03
IMPORTAÇÃO	4 026 148	100,00	3 486 062	100,00	15,49	62 789 913	100,00	48 291 040	100,00	30,02	6,41	7,22
União Européia	1 457 077	36,19	1 266 078	36,32	15,09	15 920 303	25,35	13 021 805	26,97	22,26	9,15	9,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	537 947	13,36	439 786	12,62	22,32	11 510 927	18,33	9 726 104	20,14	18,35	4,67	4,52
Ásia (excl. Oriente Médio)	457 973	11,37	317 890	9,12	44,07	12 278 857	19,56	8 922 678	18,48	37,61	3,73	3,56
Mercosul	442 765	11,00	564 036	16,18	-21,50	6 392 897	10,18	5 684 756	11,77	12,46	6,93	9,92
África	407 563	10,12	369 421	10,60	10,32	6 182 706	9,85	3 277 529	6,79	88,64	6,59	11,27
Europa Oriental	271 064	6,73	181 828	5,22	49,08	1 324 049	2,11	852 596	1,77	55,30	20,47	21,33
Oriente Médio	119 988	2,98	78 568	2,25	52,72	2 303 954	3,67	1 619 163	3,35	42,29	5,21	4,85
Outros ⁽¹⁾	331 771	8,24	268 455	7,70	23,59	6 876 220	10,95	5 186 409	10,74	32,58	4,82	5,18

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2005		JAN-SET 2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	1 810 337 886	24,32	1 117 540 063	15,13	61,99
Automóveis	869 590 155	11,68	450 080 379	6,09	93,21
Motores para veículos	422 191 510	5,67	386 254 015	5,23	9,30
Tratores	138 597 385	1,86	127 869 952	1,73	8,39
Veículos de carga	136 181 500	1,83	44 929 553	0,61	203,10
Ônibus	114 053 300	1,53	8 598 070	0,12	1 226,50
Autopeças	95 894 684	1,29	76 434 807	1,03	25,46
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	28 843 676	0,39	18 155 627	0,25	58,87
Helicópteros	1 822 784	0,02	1 114 495	0,02	63,55
Pneumáticos e câmaras de ar	396 637	0,01	469 892	0,01	-15,59
Reboques para transporte de mercadorias	296 055	-	756 746	0,01	-60,88
Trens e materiais para vias férreas	44 651	-	121 600	-	-63,28
Motores e turbinas para aviação	161	-	221	-	-27,15
Motocicletas	-	-	4 100	-	-100,00
Demais materiais de transporte	2 425 388	0,03	2 750 606	0,04	-11,82
Complexo soja	1 782 404 347	23,94	2 642 505 986	35,76	-32,55
Soja em grão	776 962 491	10,44	1 241 588 542	16,80	-37,42
Farelo de soja	658 549 598	8,85	900 158 854	12,18	-26,84
Óleo de soja bruto	254 614 657	3,42	406 589 055	5,50	-37,38
Óleo de soja refinado	92 277 601	1,24	92 106 792	1,25	0,19
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	-	-	2 062 743	0,03	-100,00
Carnes	941 578 760	12,65	709 337 386	9,60	32,74
Carne de frango "in natura"	658 331 079	8,84	496 255 037	6,72	32,66
Carne suína "in natura"	141 827 799	1,90	68 484 918	0,93	107,09
Carne bovina "in natura"	64 027 140	0,86	80 126 131	1,08	-20,09
Carne de peru "in natura"	48 665 863	0,65	39 522 419	0,53	23,13
Carne de frango industrializada	9 900 511	0,13	3 610 910	0,05	174,18
Carne bovina industrializada	775 780	0,01	380 576	0,01	103,84
Demais carnes	18 050 588	0,24	20 957 395	0,28	-13,87
Madeiras e manufaturas de madeira	836 699 602	11,24	870 765 235	11,79	-3,91
Madeira compensada ou contraplacada	368 527 257	4,95	408 475 148	5,53	-9,78
Madeira serrada	168 756 374	2,27	142 164 849	1,92	18,70
Obras de marcenaria ou de carpintaria	87 352 092	1,17	114 653 524	1,55	-23,81
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	54 188 183	0,73	51 238 034	0,69	5,76
Madeira laminada	17 635 978	0,24	15 938 337	0,22	10,65
Demais madeiras e manufaturas de madeira	140 239 718	1,88	138 295 343	1,87	1,41

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2005		JAN-SET 2004		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	392 674 791	5,27	302 829 885	4,10	29,67
Compressores e bombas	159 900 578	2,15	107 173 790	1,45	49,20
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	45 928 234	0,62	65 367 252	0,88	-29,74
Refrigeradores e congeladores	45 366 206	0,61	44 237 333	0,60	2,55
Rolamentos e engrenagens	21 098 973	0,28	12 862 228	0,17	64,04
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	17 229 598	0,23	16 966 361	0,23	1,55
Torneiras e válvulas	8 553 071	0,11	7 162 227	0,10	19,42
Aparelhos de ar-condicionado	7 716 721	0,10	5 316 901	0,07	45,14
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	3 636 575	0,05	2 239 164	0,03	62,41
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 700 085	0,02	1 424 778	0,02	19,32
Computadores e acessórios	883 216	0,01	1 305 896	0,02	-32,37
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	781 776	0,01	853 379	0,01	-8,39
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	186 579	-	232 241	-	-19,66
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	29 534	-	80 785	-	-63,44
Laminadores de metais	3 430	-	7 945	-	-56,83
Máquinas de costura	-	-	6 849	-	-100,00
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	79 660 215	1,07	37 592 756	0,51	111,90
Papel e celulose	187 192 734	2,51	159 597 621	2,16	17,29
Papel	186 811 837	2,51	159 592 334	2,16	17,06
Celulose	380 897	0,01	5 287	-	-
Produtos metalúrgicos	178 644 111	2,40	90 067 503	1,22	98,34
Produtos laminados planos de ferro ou aço	49 994 233	0,67	21 850 960	0,30	128,80
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	49 155 602	0,66	39 347 748	0,53	24,93
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	9 165 668	0,12	4 955 323	0,07	84,97
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	3 981 957	0,05	3 434 154	0,05	15,95
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	538 941	0,01	1 559 487	0,02	-65,44
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	3 735	-	-	-	-
Demais produtos metalúrgicos	65 803 975	0,88	18 919 831	0,26	247,80
Produtos químicos	175 211 503	2,35	151 236 232	2,05	15,85
Adbos e fertilizantes	42 121 691	0,57	54 232 144	0,73	-22,33
Plásticos e suas obras	37 256 715	0,50	26 053 514	0,35	43,00
Produtos químicos orgânicos	35 675 190	0,48	23 639 374	0,32	50,91
Produtos químicos inorgânicos	10 638 393	0,14	8 371 597	0,11	27,08
Óleos essenciais e resinóides	6 377 499	0,09	3 874 441	0,05	64,60
Produtos farmacêuticos	1 551 538	0,02	825 337	0,01	87,99
Extratos tanantes e tintoriais	1 483 715	0,02	1 278 711	0,02	16,03
Demais produtos químicos	40 106 762	0,54	32 961 114	0,45	21,68
Outros grupos de produtos	1 140 287 769	15,31	1 344 648 588	18,20	-15,20
TOTAL	7 445 031 503	100,00	7 388 528 499	100,00	0,76

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO - SETEMBRO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2005		JAN-SET 2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	722 898 696	20,82	521 867 614	17,74	38,52
Autopeças	391 550 325	11,28	307 406 165	10,45	27,37
Motores para veículos	227 994 220	6,57	135 467 797	4,60	68,30
Automóveis	35 280 087	1,02	29 128 208	0,99	21,12
Pneumáticos e câmaras de ar	27 646 855	0,80	12 374 195	0,42	123,42
Helicópteros	14 020 263	0,40	8 426 024	0,29	66,39
Veículos de carga	4 545 639	0,13	2 983 425	0,10	52,36
Tratores	1 434 748	0,04	815 000	0,03	76,04
Motores e turbinas para aviação	754 875	0,02	269 587	0,01	180,01
Partes e peças de aviões e helicópteros	528 891	0,02	366 746	0,01	44,21
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	308 688	0,01	1 497 406	0,05	-79,39
Trens e materiais para vias férreas	113 829	-	2 162 268	0,07	-94,74
Aviões	36 000	-	4 546 680	0,15	-99,21
Motocicletas	11 007	-	133 180	-	-91,74
Demais materiais de transporte	18 673 269	0,54	16 290 933	0,55	14,62
Produtos químicos	666 754 572	19,20	809 138 728	27,50	-17,60
Adubos e fertilizantes	274 389 416	7,90	498 676 431	16,95	-44,98
Produtos químicos orgânicos	161 755 288	4,66	144 975 282	4,93	11,57
Plásticos e suas obras	110 216 316	3,17	86 012 783	2,92	28,14
Produtos farmacêuticos	30 562 632	0,88	13 001 986	0,44	135,06
Extratos tanantes e tintoriais	14 661 957	0,42	11 957 268	0,41	22,62
Produtos químicos inorgânicos	14 401 931	0,41	15 194 532	0,52	-5,22
Óleos essenciais e resinóides	4 055 041	0,12	3 718 598	0,13	9,05
Produtos para fotografia	2 988 809	0,09	1 296 639	0,04	130,50
Demais produtos químicos	53 723 182	1,55	34 305 209	1,17	56,60
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	514 019 456	14,81	385 673 947	13,11	33,28
Compressores e bombas	118 808 054	3,42	94 105 322	3,20	26,25
Rolamentos e engrenagens	69 456 159	2,00	54 020 742	1,84	28,57
Computadores e acessórios	40 930 903	1,18	20 422 367	0,69	100,42
Torneiras e válvulas	29 366 217	0,85	24 962 896	0,85	17,64
Aparelhos de ar-condicionado	24 443 504	0,70	20 102 790	0,68	21,59
Aparelhos para filtrar ou depurar	18 487 320	0,53	18 725 504	0,64	-1,27
Refrigeradores e congeladores	14 039 777	0,40	9 427 003	0,32	48,93
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	10 347 843	0,30	5 519 777	0,19	87,47
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	8 472 580	0,24	15 009 988	0,51	-43,55
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	7 674 474	0,22	6 841 557	0,23	12,17
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	4 200 836	0,12	1 368 507	0,05	206,96
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	1 707 465	0,05	298 328	0,01	472,34
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 075 512	0,03	67 326	-	1 497,47
Máquinas de costura	619 658	0,02	832 788	0,03	-25,59
Laminadores de metais	75 635	-	98 304	-	-23,06
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	164 313 519	4,73	113 870 748	3,87	44,30
Derivados de petróleo	455 692 313	13,13	250 832 692	8,53	81,67
Óleos brutos de petróleo	446 551 599	12,86	179 703 180	6,11	148,49
Óleos lubrificantes	319 969	0,01	508 385	0,02	-37,06
Gasolina	2 664	-	2 763 133	0,09	-99,90
Óleos e combustíveis	-	-	59 568 768	2,02	-100,00
Demais derivados de petróleo	8 818 081	0,25	8 289 226	0,28	6,38

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2004-2005

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2005		JAN-SET 2004		Var. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	321 805 799	9,27	274 863 060	9,34	17,08
Aparelhos transmissores e receptores	51 876 348	1,49	59 542 652	2,02	-12,88
Aparelhos elétricos para telefonia	42 387 807	1,22	34 592 683	1,18	22,53
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	35 810 403	1,03	30 712 821	1,04	16,60
Geradores e transformadores, elétricos	34 175 851	0,98	27 013 687	0,92	26,51
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	12 579 105	0,36	11 464 682	0,39	9,72
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 955 594	0,06	2 741 454	0,09	-28,67
Demais materiais elétricos e eletrônicos	143 020 691	4,12	108 795 081	3,70	31,46
Produtos metalúrgicos	115 450 599	3,33	92 321 842	3,14	25,05
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	9 176 332	0,26	7 427 854	0,25	23,54
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	4 915 284	0,14	4 955 558	0,17	-0,81
Catodos de cobre	4 229 366	0,12	648 177	0,02	552,50
Ligas de alumínio	3 991 936	0,11	1 139	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço	2 836 090	0,08	4 090 824	0,14	-30,67
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	880 045	0,03	492 825	0,02	78,57
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	854 209	0,02	165 800	0,01	415,20
Ferro-ligas	-	-	280 966	0,01	-100,00
Alumínio em bruto	-	-	62	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	88 567 337	2,55	74 258 637	2,52	19,27
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	112 460 665	3,24	76 192 632	2,59	47,60
Papel e celulose	74 078 426	2,13	69 235 046	2,35	7,00
Celulose	38 856 760	1,12	32 321 920	1,10	20,22
Papel	35 221 666	1,01	36 913 126	1,25	-4,58
Cereais	44 175 327	1,27	50 273 856	1,71	-12,13
Complexo soja	41 837 953	1,21	43 551 045	1,48	-3,93
Soja em grão	41 622 357	1,20	36 162 175	1,23	15,10
Farelo de soja	215 355	0,01	7 388 870	0,25	-97,09
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	241	-	-	-	-
Produtos têxteis	36 497 169	1,05	59 147 256	2,01	-38,29
Confecções	20 180 130	0,58	23 167 776	0,79	-12,90
Fios sintéticos ou artificiais	8 325 945	0,24	12 183 907	0,41	-31,66
Tecidos de algodão	92 955	-	155 988	0,01	-40,41
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	-	222	-	489,19
Fios de algodão	292	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	7 896 539	0,23	23 639 363	0,80	-66,60
Outros grupos de produtos	366 228 740	10,55	308 830 289	10,50	18,59
TOTAL	3 471 899 715	100,00	2 941 928 007	100,00	18,01

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 532	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 800	2 366 386	60 361 786	47 236 751	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 062	3 667 173	73 084 140	48 291 040	24 793 100
2004 ⁽¹⁾	9 396 534	4 026 147	5 370 386	96 475 220	62 789 913	33 685 307
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 214 037	1 585 607
Fevereiro	520 516	258 263	262 253	5 721 636	3 752 181	1 969 455
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 400	2 582 594
Abril	584 912	257 448	327 463	6 589 499	4 630 089	1 959 409
Mai	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 823 509	3 117 669
Junho	1 484 571	457 224	1 027 347	9 327 515	5 527 117	3 800 397
Julho	881 370	376 206	505 164	8 992 426	5 525 158	3 467 268
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 620 947	3 435 517
Setembro	845 966	359 464	486 502	8 922 690	5 751 246	3 171 444
Outubro	715 477	369 013	346 464	8 843 387	5 838 040	3 005 369
Novembro	642 846	312 102	330 744	8 159 287	6 078 801	2 080 464
Dezembro	649 682	403 177	246 505	9 194 498	5 684 386	3 510 112
2005 ⁽¹⁾	7 445 032	3 471 900	3 973 132	86 719 266	54 055 521	32 663 745
Janeiro	536 298	397 781	138 518	7 444 140	5 260 255	2 183 885
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 972 383	2 783 904
Março	858 948	428 448	430 499	9 250 704	5 905 825	3 344 878
Abril	897 454	372 542	523 912	9 201 536	5 331 112	3 870 424
Mai	902 353	442 895	459 458	9 818 442	6 367 755	3 450 687
Junho	921 094	405 179	515 915	10 206 058	6 180 769	4 025 289
Julho	937 866	335 082	602 785	11 061 329	6 055 375	5 005 953
Agosto	965 292	385 595	579 697	11 346 312	7 676 317	3 669 995
Setembro	824 736	343 886	480 850	10 634 458	6 305 729	4 328 730

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - SETEMBRO 2005

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Março	0,48
2000	6,23	Abril	1,44
2001	5,90	Mai	1,09
2002	12,02	Junho	1,27
2003	6,46	Julho	0,70
Janeiro	1,88	Agosto	0,87
Fevereiro	0,61	Setembro	0,04
Março	1,19	Outubro	0,60
Abril	0,87	Novembro	0,48
Mai	0,51	Dezembro	0,79
Junho	-0,11	2005	2,72
Julho	0,06	Janeiro	0,52
Agosto	0,43	Fevereiro	0,02
Setembro	0,43	Março	0,66
Outubro	0,26	Abril	1,14
Novembro	0,21	Mai	0,38
Dezembro	-0,05	Junho	-0,82
2004	10,40	Julho	0,74
Janeiro	1,72	Agosto	0,08
Fevereiro	0,48	Setembro	0,23

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2005

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	3,95	0,20	0,81	-1,84	5,94
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Mai	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,60

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - SETEMBRO 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005												
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - SETEMBRO 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Mai	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005												
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2005

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
2004	190 052	1 580 785	3 600 923	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maiο	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 407	64 501
Outubro	14 676	133 062	307 929	65 160
Novembro	15 051	127 756	280 832	63 902
Dezembro	15 260	155 995	264 953	66 892
2005	110 877	1 052 861	2 375 924	529 840
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 462	63 316
Maiο	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 384	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	130 015	295 145	72 887
Agosto	14 640	137 873	325 706	75 267

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2005

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,72
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	98,17
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	89,05
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	100,42
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67	107,11

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05
Combustíveis e lubrificantes	105,11	104,25	97,72	104,73	...	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18	108,52	106,98
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	108,20	118,32	110,30	149,08	...	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52	96,1
Hipermercados e supermercados	108,29	118,46	110,25	149,38	...	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72	95,06
Tecidos, vestuário e calçados	96,98	97,76	101,85	174,99	...	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34	99,78
Móveis e eletrodomésticos	121,86	132,93	133,64	221,82	...	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52	142,93	144,56
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	98,37	102,78	105,29	130,35	...	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44	121,33
Livros, jornais, revistas e papelaria	67,92	68,01	73,00	114,65	...	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28	99,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	80,43	75,68	96,22	83,56	...	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72	205
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	94,63	110,41	115,30	207,72	...	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71	122,9	123,68
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	106,46	113,71	109,35	152,95	...	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53	106,27

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2005

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	abr/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5	103,6	115,4	109,1	109,1
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0	84,2	102,6	114,3	114,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3	99,1	104,2	91,7	91,7
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7	111,9	142,6	135,6	135,6
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	104,7	104,7	104,3	96,2	101,1	102,4	102,4
Edição, impressão e reprodução de gravações
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1	89,9	94,9	91,9	91,9
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4	93,1	62,1	70,7	70,7
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0	97,7	105,6	88,7	88,7
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1	85,3	94,2	87,3	87,3
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9	99,3	117,9	99,7	99,7
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9	148,1	161,2	122,8	122,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5	81,6	93,9	92,6	92,6
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9	139,3	166,8	155,6	155,6
Mobilário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6	73,8	98,5	85,4	85,4

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005
Indústria de transformação	106,5	102,9	117,1	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	...	109,2	105,4	118,2	113,8	120,7	119,6	116,5	128,8	128,8	128,8	128,8
Alimentos	109,0	114,0	124,3	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	...	88,9	81,7	97,0	104,2	115,1	113,3	118,0	124,7	124,7	124,7	124,7
Bebidas	78,7	71,3	82,5	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	...	100,5	103,5	113,6	108,0	91,4	88,8	72,1	101,8	101,8	101,8	101,8
Madeira	131,3	129,2	133,1	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	...	124,0	108,0	137,1	123,0	121,2	123,7	111,5	113,9	113,9	113,9	113,9
Celulose, papel e produtos de papel	111,5	101,6	107,1	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	...	100,8	103,6	106,9	109,5	118,5	113,3	116,3	114,6	114,6	114,6	114,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	128,6	97,7	110,4	196,2	367,3	288,3	282,2	205,4	...	256,5	177,7	181,0	128,1	183,3	172,4	141,9	210,4	210,4	210,4	210,4
Refino de petróleo e álcool	53,9	16,8	76,6	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	...	90,4	70,5	89,7	95,0	100,3	101,1	102,8	115,1	115,1	115,1	115,1
Outros produtos químicos	96,4	106,0	88,1	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	...	59,3	71,5	65,0	44,6	57,2	55,2	80,0	115,8	115,8	115,8	115,8
Borracha e plástico	94,3	86,6	96,7	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	...	80,7	87,7	92,2	93,6	100,3	98,8	95,1	99,5	99,5	99,5	99,5
Minerais não metálicos	89,4	88,4	97,7	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	...	87,6	90,4	99,6	95,7	95,0	96,7	97,7	96,2	96,2	96,2	96,2
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	106,6	109,6	112,8	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	...	92,9	93,5	105,2	107,5	104,3	101,3	100,1	109,6	109,6	109,6	109,6
Máquinas e equipamentos	117,4	117,3	119,6	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	...	128,6	153,8	145,8	122,0	134,0	112,1	102,6	109,1	109,1	109,1	109,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	100,9	91,5	111,8	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	...	94,6	103,5	107,4	94,4	107,2	106,3	114,7	112,5	112,5	112,5	112,5
Veículos automotores	165,0	188,6	212,0	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	...	177,2	190,8	228,4	230,6	215,3	239,6	207,7	227,0	227,0	227,0	227,0
Mobilário	93,1	92,1	90,1	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	...	78,2	76,7	95,4	89,9	93,6	86,4	82,7	87,7	87,7	87,7	87,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentaram produtos incluídos na amostra.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2005

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)												
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Set/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43	108,89	109,27
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72	83,24
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75	109,22	109,60
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53	128,88
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62	54,49
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78	93,75
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46	147,47
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77	80,98	79,83
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69	90,68
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68	115,59	117,47
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67	184,77
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49	87,08
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06	94,16
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61	111,05
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10	75,55
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80	94,79
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21	134,20	135,47
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95	84,38
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96	107,22	107,90
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88	75,91

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)												
	Out/04	Nov/04	Dez/04	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	
Indústria geral	109,75	110,56	107,97	...	108,33	108,61	109,09	109,75	111,01	109,69	108,57	108,06	
Indústrias extrativas	82,08	80,55	79,30	...	79,24	79,29	80,82	79,56	78,88	74,59	74,05	72,15	
Indústria de transformação	110,10	110,94	108,33	...	108,70	108,98	109,44	110,13	111,42	110,14	109,02	108,52	
Alimentos e bebidas	130,37	133,23	132,65	...	133,75	134,65	135,16	138,51	140,09	141,52	141,73	143,32	
Fumo	54,19	55,36	57,97	...	69,27	133,32	207,22	261,42	254,17	57,09	55,94	54,77	
Têxtil	91,62	91,82	89,90	...	89,63	90,11	90,04	90,66	90,99	89,57	89,60	88,64	
Vestuário	151,78	151,80	146,53	...	149,40	146,79	145,01	144,31	148,25	149,72	146,62	143,66	
Calçados e couro	79,25	77,54	76,77	...	78,97	79,34	80,36	77,49	85,22	89,89	87,85	86,75	
Madeira	88,85	89,54	86,82	...	87,48	88,19	87,85	83,42	81,39	76,23	73,61	73,36	
Papel e gráfica	117,58	117,84	117,16	...	117,56	116,66	116,99	118,28	119,49	118,05	117,71	118,03	
Refino de petróleo e combustíveis	183,86	181,17	132,82	...	114,42	109,44	116,98	162,02	192,97	192,42	182,54	174,49	
Produtos químicos	90,12	88,61	85,50	...	85,54	85,27	85,12	85,18	85,08	84,62	83,91	83,35	
Borracha e plástico	93,74	94,20	93,77	...	90,89	92,44	92,29	91,87	93,70	93,96	94,75	95,70	
Minerais não-metálicos	110,43	111,81	116,47	...	119,23	120,64	119,04	119,36	121,50	119,54	116,26	115,56	
Metalurgia básica	72,87	73,07	73,17	...	78,86	76,53	76,40	75,95	75,27	74,25	74,74	72,67	
Produtos de metal ⁽¹⁾	94,59	98,46	95,46	...	96,61	96,73	97,80	95,03	97,25	96,62	97,77	98,49	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	138,32	139,31	133,60	...	137,55	139,86	140,64	140,10	140,17	141,11	138,75	133,41	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	85,03	85,04	84,50	...	86,41	89,34	90,51	94,42	94,54	92,91	92,44	90,85	
Fabricação de meios de transporte	110,09	110,82	111,51	...	114,76	116,57	116,83	116,94	117,14	116,73	116,31	115,46	
Fabricação de outros produtos	75,34	74,74	72,04	...	67,58	66,29	68,71	68,44	67,45	63,23	62,81	63,11	

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maiο	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	30 195	3 063	19 378	33 000	10 065	2	95 703
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maiο	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZ 2002 - SET 2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maiο	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maiο	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maiο	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2004

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,2	1 556 182	0,54
2004 ⁽²⁾	...	2,4	1 766 621	4,94

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.